



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

PARECER JURÍDICO

Processo n.º 026/2025/CLC/CMA

Contrato Administrativo nº 018/2025

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA/PA

EMENTA: CONSULTA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATOS PÚBLICOS. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2025. ORIGEM EM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2025. OBJETO ADESÃO Nº 003/2025. PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA POR 12 (DOZE) MESES. ANÁLISE PORMENORIZADA DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS MATERIAIS E FORMAIS. VERIFICAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA. ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO E À VANTAGEM ADMINISTRATIVA. ATESTADO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. EXAME DA MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO. PARECER PELA LEGALIDADE E REGULARIDADE FORMAL DO PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO.

I. DO RELATÓRIO PROCESSUAL.

O processo administrativo, autuado sob o **nº 026/2025/CLC/CMA**, apresenta-se devidamente instruído com o intuito de obter a análise jurídica prévia e conclusiva sobre o processamento e a minuta do Primeiro Termo Aditivo ao **Contrato Administrativo nº 018/2025**, decorrente da **ADESÃO Nº 003/2025**, celebrado pela **CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA/PA** e **T M S DIAS LTDA**. A contratação original, formalizada em 29 de maio de 2025, teve como objeto a prestação de serviços de publicação de avisos e atos oficiais para atender as demandas do Poder Legislativo Municipal, com vigência inicialmente prevista para se encerrar em 31 de dezembro de 2025, conforme consignado na Cláusula Segunda do instrumento original.

A presente demanda de prorrogação teve início formal com a Comunicação Interna datada de 05 de dezembro de 2025, na qual o Fiscal do Contrato, Senhor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

RENATO VINÍCIUS BRAGA DA SILVA, atestou a proximidade do encerramento da vigência contratual e, sobretudo, a natureza de serviço contínuo do objeto contratado, destacando que a produção e a publicação de atos oficiais ocorre de forma regular ao longo de todo o exercício financeiro, estando diretamente vinculadas ao funcionamento das atividades legislativas e administrativas. O Fiscal destacou, que a eventual descontinuidade da prestação dos serviços de publicação oficial poderá acarretar prejuízos relevantes à Administração, tais como atraso na eficácia dos atos administrativos, descumprimento de prazos legais de publicidade, comprometimento da transparência pública e riscos de apontamentos por parte dos órgãos de controle interno e externo, caracterizando a essencialidade do serviço para a manutenção da regularidade institucional da Câmara Municipal de Altamira, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

Após, por meio do Ofício nº 081/2025, datado de 10 de dezembro de 2025, solicitou formalmente à contratada T M S DIAS LTDA a manifestação de interesse na prorrogação da vigência contratual por um período de 12 (doze) meses, a vigorar de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, concomitantemente à exigência de apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista. Em resposta tempestiva (Ofício nº 024/2025), a contratada manifestou anuência integral e inequívoca à prorrogação nas mesmas condições pactuadas, e juntou aos autos a documentação exigida, comprovando a manutenção de sua regularidade fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e trabalhista (CNDT e FGTS), atendendo aos requisitos de habilitação.

A Autoridade da Câmara Municipal de Altamira, na pessoa do Senhor Presidente Diogo do Socorro de Andrade Pereira, na justificativa de prorrogação contratual datado de 18 de dezembro de 2025, reconheceu a natureza contínua do serviço, bem como reconheceu a manifestação técnica favorável do setor de contabilidade, qual atestou a existência de adequação financeira, saldo suficiente e indicação de dotação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

orçamentária adequada para viabilizar a prorrogação contratual, ao global estimado de R\$ 244.650,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta reais).

O parecer jurídico tem, assim, o objetivo de realizar o controle prévio de legalidade, conforme a exigência do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, examinando a integralidade do processo administrativo e a minuta do Primeiro Termo Aditivo, a fim de atestar o atendimento aos pressupostos de fato e de direito que autorizam a prorrogação do contrato de serviços contínuos, bem como a conformidade formal da minuta apresentada. A análise aqui empreendida se restringirá aos aspectos jurídicos do procedimento, partindo da premissa de veracidade e adequação das informações de natureza técnica e orçamentária já atestadas pelos setores competentes, notadamente a natureza do serviço, sua essencialidade e a disponibilidade de recursos.

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

A análise reside na verificação da conformidade do ato de prorrogação contratual com o regime estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021, que trouxe inovações no tocante à duração e alteração dos contratos de natureza contínua.

É imperativo iniciar a fundamentação com os princípios basilares da Administração Pública, conforme artigo 37, caput da Constituição Federal.

Artigo 37: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Destaca-se ainda, que tais princípios foram detalhados com maior abrangência na Lei nº 14.133/2021, no artigo 5º da referida lei.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

Artigo 5º: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Neste diapasão o Contrato Administrativo nº 018/2025, cuja prorrogação se almeja, foi celebrado sob a égide da Lei nº 14.133/2021, por meio de adesão à ata de registro de preços nº 09/2024 – órgão gerenciador Prefeitura Municipal de Marapanim, qual se enquadra como órgãos não participantes tendo sua disciplina fundamentalmente estabelecida **no artigo 86, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe:

Art. 86, parágrafo 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III – prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

Importante destacar que conforme atestado nos autos, o serviço tem natureza contínua, conforme artigo 6, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021 dada a natureza do serviço.

Artigo 6: (...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

Neste sentido, a Lei nº 14.133/2021 permite à prorrogação de contratos administrativos de serviços e fornecimentos contínuos, conforme artigo 107, vejamos.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Dessa forma, a autoridade competente atesta a manutenção da vantajosidade, tendo em vista que tal requisito material é de fundamental importância e foi devidamente cumprido nos autos, por meio da Justificativa de Prorrogação Contratual, tendo em vista que no curso do processo foi realizada pesquisa de preços qual restou comprovada a vantajosidade da contratação, demonstrando assim que as condições para a prorrogação se mantiveram as mais favoráveis. As condições inicialmente pactuadas,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

associada ao reconhecimento da essencialidade do serviço para a segurança jurídica e eficiência dos atos da Câmara, configura a vantajosidade para a Administração, atendendo, portanto, ao pressuposto legal da legislação citada acima.

Ademais, a regularidade do procedimento de prorrogação exige a comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação do contratado, conforme o artigo 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

No caso em tela, ao analisar os autos revela a prévia e tempestiva solicitação e a juntada, pela contratada, das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, trabalhista e de FGTS, todas vigentes na data da análise e com validade projetada para além do prazo final da vigência original, cumprindo-se rigorosamente a determinação contida no art. 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021. que exige a verificação da regularidade fiscal e a consulta aos cadastros de inidoneidade antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato.

No que tange à necessária adequação orçamentária, o Contrato Administrativo deve sempre observar o artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, que exige, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários. A manifestação do Setor de Contabilidade atestou expressamente a existência de saldo orçamentário suficiente, com a correta indicação da dotação para o exercício de 2026, devidamente empenhado. A previsão de que despesas de exercícios futuros serão formalizadas por apostilamento, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, também



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

confere o necessário respaldo financeiro e orçamentário para a continuidade do vínculo, demonstrando a compatibilidade da despesa.

III. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS. DA CONFORMIDADE E DA MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO.

A análise pormenorizada do processo administrativo demonstra que todos os requisitos legais e procedimentais inerentes à prorrogação de contrato de serviços contínuos foram observados, garantindo a transparência, a legalidade e o interesse público na manutenção do ajuste. Importante destacar, a identificação da necessidade de prorrogação foi realizada pelo Fiscal do Contrato antes do término da vigência original, conforme se verifica da comunicação interna datada de 05 de dezembro de 2025, o que é uma prática administrativa salutar e que visa evitar a solução de continuidade do serviço essencial. A essencialidade do serviço foi inequivocamente justificada, caracterizando-o como contínuo, não eventual ou acessório, e a ausência de interrupção é crucial para o regular andamento dos processos de contratação da Câmara Municipal, o que está em consonância com a definição legal do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

O atestado da boa execução e a conveniência da prorrogação, está materializado na manifestação do Fiscal e na Justificativa do Presidente, que, ao relatar a necessidade da prestação do serviço e a implicação de riscos em caso de descontinuidade, implicitamente reconheceu a satisfatória execução contratual até o presente momento e a conveniência de sua manutenção. Em se tratando de um serviço essencial para os atos praticados, a manifestação da Autoridade Superior, juntamente com o atestado de que o objeto ainda é necessário na forma como vem sendo prestado, é a forma mais eficaz de comprovar a regularidade da execução e o cumprimento das obrigações, conforme previstas no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando-se



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

que a contratada está cumprindo satisfatoriamente com as obrigações pactuadas, o que é um pressuposto para a prorrogação.

A verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, consubstanciada na juntada das Certidões Negativas de Débitos (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT), demonstra a diligência da Administração, pois o artigo 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, exige esta comprovação antes da formalização do aditivo, e o processo comprova que tal exigência foi atendida, garantindo que o Contratado mantenha, durante toda a execução, os requisitos de qualificação necessários. A consulta aos cadastros de sanções administrativas também é um dever inafastável da Administração antes da celebração de qualquer aditivo, e a ausência de impedimentos.

Quanto à vantajosidade da prorrogação, restou comprovada por meio de extensa pesquisa de preços realizada no curso do processo, conforme atestou a Autoridade Competente em sua Justificativa.

Por fim, a minuta do Primeiro Termo Aditivo, constata-se a sua plena conformidade formal e material com as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021. A minuta especifica claramente o objeto e o fundamento legal constante no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, detalha a alocação orçamentária e o valor global, e ratifica todas as demais cláusulas do contrato original não modificadas, em estrita observância ao artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o artigo 136, inciso IV, da lei supracitada, qual permite o empenho de dotações orçamentárias por apostilamento.

IV. DA CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Por todo o exposto, e em atenção à consulta formulada pela Presidência da Câmara Municipal de Altamira, este órgão de assessoramento jurídico, após detida e aprofundada análise da documentação acostada ao Processo Administrativo nº 026/2025/CLC/CMA, conclui pela **LEGALIDADE E REGULARIDADE FORMAL** do procedimento de prorrogação do Contrato Administrativo nº 018/2025.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado do Pará

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Rua 1º de Janeiro, 1274 - Fone: OXX-93-3515-1528 - CEP: 68.371-075

Altamira - Pará

Ressalta-se por fim que o processo foi devidamente instruído com a manifestação formal do contratado, a certificação da manutenção de suas condições de habilitação e a justificação da Autoridade Competente, atendendo ao planejamento, transparência e segurança jurídica exigidos pela Lei de Licitações.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Altamira/PA, 22 de dezembro de 2025.

MATHEUS DA SILVA ARACATI

OAB/PA nº 35.218